

Montenegro rebate as acusações

Embora o governador Cristovam Buarque tenha se negado a responder às acusações do líder do PP na Câmara, deputado Luiz Estevão, de que as planilhas apresentadas pela Caesb estavam propositalmente fraudadas, o presidente da Caesb, Marcos Helano Montenegro, não se omitiu em rebater as críticas. "Quem está manipulando as informações é o deputado, querendo tirar proveito político de uma questão muito séria", disse indignado.

No início da tarde, a presidência da Caesb divulgou uma nota à imprensa fazendo considerações sobre todas as acusações feitas por Luiz Estevão. "Antes de se pronunciar, ele deveria ter procurado a Caesb para ter informações corretas sobre a situação da empresa", reclamou o dirigente da estatal antes de distribuir o documento.

De acordo com a nota, a composição da despesa com o item pes-

soal foi feita com base na média verificada entre os meses de novembro e dezembro de 94, tendo em vista que a empresa concedeu, em novembro passado, dissídio coletivo de 15,67%. Durante o dissídio, ainda segundo a nota, ficou acertado que a Caesb pagaria, a partir de janeiro de 95, um adicional de produtividade (2%) e promoção de um nível (4%).

Quanto ao pagamento de 13º salário, antecipação e férias, a Caesb informa que foi considerado apenas o valor correspondente ao provisionamento mensal para este tipo de despesa, e não o valor real pago no mês de dezembro de 94, referente a eventuais férias e 13º de todos os funcionários.

Lucro — Com referência à margem de lucro projetada em 5% na empresa, que o deputado considerou incorreta no atual momento econômico, a estatal explica que se

viu obrigada a incluir nos seus custos a referida margem líquida, para "se tornar elegível à tomada de empréstimos junto ao FGTS/CEF". A nota informa ainda que, pela legislação em vigor, é permitido uma margem de lucro de até 12% a título de remuneração do investimento.

O presidente da Caesb disse ter ciência de que a sua empresa necessita de uma total reestruturação e que isso já está sendo feito, com a dispensa de mais de 80 cargos de funções gratificadas. "A situação que está hoje foi herdada e não podemos ser condenados por isso. Além do reajuste, estamos trabalhando para o enxugamento da empresa, mas isso exige tempo, pois envolve algumas situações legais", pondera.

A nota distribuída, ontem, rebate item por item as acusações do deputado.